



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2017

1 Nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, na sala de Reuniões Plenária, localizada no 10º
2 andar, do Ed. Parque Cidade Corporate Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a
3 30ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Estiveram presentes
4 na reunião as conselheiras e os conselheiros: Darci Frigo (**Plataforma Dhesca Brasil**); Gilberto
5 Vieira dos Santos (**CIMI**); Ismael José (**CUT**); Iara Moura (**Intervozes**); Sandra Carvalho (**Justiça**
6 **Global**); Akemi Kamimura e Herbert Barros (**SNC**); Deborah Duprat e João Akira (**PFDC/MPF**);
7 Everaldo Patriota (**OAB**); Carlos Magno (**ABGLT**); Leonardo Pinho (**UNISOL**); Paulo Maldos
8 (**CFP**); Marquinhos (**MNMMR**); Mauro Campbell (**CNJ**); Fabiana Severo e Francisco Nóbrega
9 (**DPU**); Participou também Renata Studart (**Secretária Executiva – CNDH**), Leo Mendes
10 (**MNDH**), Ricardo (**Venezuelano migrante**), Cláudia Anjos (**Assessoria para Migrantes e**
11 **Refugiados – SCN**); Gilvânia da Silva (UnB); Deise Benedito (MNPCT); Antônio Teixeira
12 (IPEA). Frigo iniciou a reunião com a aprovação do relatório sobre as populações atingidas pelo
13 empreendimento de Belo Monte/Belo Sun. Francisco fez a apresentação do relatório, o contexto a
14 partir do qual ele foi feito e atualizações do cenário local. Foram feitas adaptações quanto às
15 recomendações de Belo Sun. Thiago fez complemento à apresentação do relatório e leitura das
16 recomendações de Belo Monte, tendo em vista que anteriormente haviam sido encaminhadas
17 apenas as recomendações urgentes apontadas logo após a missão. Gilberto apontou que é
18 importante evidenciar no processo de divulgação e enfrentamento como o discurso para
19 implementação de Belo Sun se assemelha ao que ocorreu em Belo Monte, imaginando que a região
20 iria se desenvolver e melhorar a condição de vida das pessoas, no entanto, só piorou e isto precisa
21 ser mostrado. Leonardo sugeriu que fossem divulgadas as violações de direitos por parte da
22 empresa canadense, que seria importante encaminhar o relatório para o governo e algumas
23 instituições, associações e cooperativas internacionais. Paulo sugeriu que alguns defensores locais
24 sejam encaminhados para o programa de proteção a defensores. Akemi esclareceu que, para a
25 inclusão, é preciso que haja uma demanda, um encaminhamento do/a defensor/a, e também
26 interesse, por parte dos próprios, de serem protegidos; portanto, sugeriu que sejam formalmente
27 encaminhados/as. Iara sugeriu que fosse colocado no relatório, de alguma forma, o recorte de
28 gênero, devido ao aumento da exploração sexual infantil e das mulheres e também da violência
29 contra as mulheres, tanto doméstica quanto sexual. O relatório foi aprovado, por unanimidade, com
30 os ajustes. A vice-presidente Fabiana iniciou a reunião na parte da tarde com a aprovação da
31 resolução do CNDH sobre o direito à alimentação adequada das mulheres, em especial, as lactantes,
32 gestantes e com filhos em situação de privação de liberdade, proposta pela Comissão de
33 Alimentação Adequada. Foi feita a leitura da resolução. Carlos Magno sugeriu que fosse incluído
34 um tópico sobre as mães portadoras de HIV, com redação elaborada por ele e Leonardo. Deborah
35 sugeriu incluir a situação das mães imigrantes e que se encontram em privação de liberdade no
36 Brasil – enquanto as mesmas ficam no país, seus filhos retornam ao país de origem. A resolução foi
37 aprovada por unanimidade. O próximo item de pauta foi a situação de imigrantes venezuelanos/as.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

38 João Akira fez esplanção sobre a questão, informando que há um fluxo migratório crescente de
39 venezuelanos/as categorizado como misto, sendo percebida a solicitação de refúgio, de migrantes
40 econômicos e até de migrantes indígenas. Afirmou que a PFDC tem atuado junto com organizações
41 de direitos humanos nacionais e organismos internacionais no monitoramento do caso, pensando
42 soluções e propostas de políticas públicas para atendê-los. Leonardo lembrou que esta é uma
43 situação que existe desde o início do ano e quando esteve em Roraima, pelo CNDH, pode constatar
44 indícios da falta de compromisso da prefeitura e do governo do estado para solucionar a situação.
45 Afirmou que os abrigos que, a princípio, parecem ser uma solução não têm condições de garantir os
46 direitos dos/as venezuelanos/as. Leo Mendes conta a história de Ricardo, o qual foi retirado à força
47 da rodoviária de Boa Vista pela Polícia Militar. Quem permaneceu na rodoviária foi levado para ser
48 abrigado em um ginásio sob o pretexto de que haveria condições para recebê-los; no local,
49 entretanto, havia 10 barracas da defesa civil e com o tempo doações deixaram de ser feitas por se
50 tratar de um local distante, assim como não há chuveiros, sendo necessário que o banho seja feito
51 com o auxílio de baldes. É um local propenso a roubos, furtos e assédios de mulheres, muitos estão
52 dormindo em colchões em campos de areia; durante o dia saem para pedir dinheiro nas ruas,
53 procurar trabalho ou vender produtos, no entanto, como na cidade não é permitido o comércio
54 ambulante esses produtos são recolhidos pelos fiscais, deixando as pessoas sem opção de conseguir
55 dinheiro. Por outro lado, os/as migrantes também não conseguem trabalho, não tem auxílio para
56 conseguir emprego e nem para aprender a língua portuguesa, que é passo essencial para imersão na
57 sociedade. As dificuldades fazem surgir situações de roubos, o que acaba instigando a xenofobia
58 por parte dos cidadãos de Roraima. Ricardo confirma o relato feito por Leo Mendes e acrescenta
59 que são as pessoas – homens, mulheres, crianças, idosos e idosas – que vivem em condições
60 insalubres no abrigo para o qual foi levado de forma compulsória pela PM. Fabiana informou que a
61 proposta pensada foi de que o CNDH faça uma missão *in loco* e abre a palavra para que as/os
62 conselheiras/os deliberem sobre a possibilidade. Pétalla ressaltou alguns pontos, entre eles o esforço
63 feito pela sociedade civil organizada local para garantir os direitos dessas pessoas, porém, há
64 particularidades que não são possíveis de serem resolvidas sem apoio. Acredita que o CNDH deve
65 acompanhar essa situação para garantir que a resposta dada pelo Estado tenha uma perspectiva de
66 direitos humanos incorporada, pois os planos que estão sendo propostos não estão levando em conta
67 este viés; concordou que é necessária a visita do CNDH ao local para averiguar e acompanhar o
68 caso. Leonardo colocou que é importante ir ao local, escutar a população e averiguar as condições
69 da prisão – que foi objeto da primeira visita do CNDH ao local. Akira ressaltou que o mais
70 importante é regularizar a documentação das/os migrantes, e em seguida conseguir abrigo e garantir
71 alimentação adequada, condição que é agravada para os indígenas devido aos seus hábitos
72 alimentares específicos, além do acesso à saúde pública. Afirmou que também é importante
73 observar para que esta situação de remoção compulsória não se torne constante no tratamento aos
74 migrantes. Gilberto fez destaques com relação à situação das/os indígenas, tendo em vista que
75 muitos deles não falam espanhol, ressaltando que seria importante que algum integrante da missão
76 esteja apto a fazer a tradução da língua nativa dos indígenas. Marco Antônio questionou se não seria
77 possível fazer uma solicitação para que a ouvidoria acompanhasse e registrasse as denúncias, e
78 buscar parcerias, possivelmente com universidades, para possibilitar o aprendizado da língua



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

79 portuguesa. Sugeriu convidar algum representante do CONANDA tendo em vista a condição das
80 crianças, e um representante do MRE. Ismael lembrou a importância de solicitar ao MTE o
81 estabelecimento de escritório local para dar informações sobre as condições de trabalho no Brasil, a
82 fim de garantir o ingresso dos imigrantes no mercado de trabalho. Cláudia Anjos informou que o
83 Disque 100 tem a possibilidade de prestar atendimento em espanhol, no entanto, até o momento
84 nenhum atendimento havia sido registrado nesse idioma. Devido ao fato de muitas pessoas não
85 terem conhecimento do mecanismo da ouvidoria e nem de que é possível registrar a denúncia em
86 espanhol, ressaltou que é importante que o CNDH ajude na divulgação dos canais de denúncia
87 existentes. Frigo sugeriu o tema seja acompanhado pela Comissão de Trabalho e pela Comissão
88 Internacional e, em alguma medida, de um representante da Comissão Terra e Água. A realização
89 da missão foi aprovada, com visita as três localidades, e será composta por: Akira (PFDC),
90 Leonardo Pinho (UNISOL), Camila (CONNECTAS), um representante da Comissão Terra e Água da
91 vertente indígena. Serão expedidos ofícios solicitando informações prévias. Akemi sugeriu que os
92 conselhos estaduais sejam envolvidos. Renata questionou se a solicitação de informações será feita
93 conforme a missão do Ceará, com perguntas específicas e se o CNDH atuará como convidado das
94 reuniões já chamadas pela PFDC e DPU, ou se fará novas reuniões. Sobre o documento de resposta
95 ao questionário da ONU Frigo informou que o mesmo não ficou pronto a tempo de ser discutido na
96 reunião, mas que posteriormente será encaminhado para as/os conselheiras/os. O ponto seguinte foi
97 sobre o planejamento para 2018 do CNDH. Renata fez o informe sobre como foi montado o quadro
98 demonstrativo das atividades do CNDH e mostrou que há muitas deliberações já tomadas pelo
99 Conselho que não foram encaminhadas por falta de articulação política ou por falta de reunião
100 técnica que não precisa, necessariamente, dos/as conselheiros/as, mas que todos/as precisam ter
101 ciência do trabalho. E foi feito para pensar quais questões desafiam o CNDH em 2018. Deborah
102 lembrou sobre a pauta de gênero e raça que não é tratada no Conselho, e questionou se não seria o
103 caso de criar novas comissões ou difundir o tema entre outras comissões. Iara ressaltou que para
104 ajudar no processo de emissão de passagens, e tendo em vista os cortes orçamentários previstos a
105 Comissão Liberdade de Expressão, optou por fazer reuniões temáticas para que sejam convidadas
106 entidades que correspondam com cada temática. Afirmou que difundir o tema entre outras
107 comissões, de forma transversal, pode dificultar o tratamento de algumas pautas específicas.
108 Leonardo afirmou que seria interessante repensar as comissões para que tivessem temas gerais e que
109 os temas específicos ficassem alocados em subcomissões. A Mesa Diretora deve encaminhar o mais
110 rápido possível as diretrizes de funcionamento das comissões, critérios de composição, limitação
111 das passagens, número de integrantes. Ismael apontou que seria importante ter um documento que
112 fizesse um balanço do CNDH ao longo do ano de 2017, e sugeriu que cada responsável por
113 comissão pense em métodos de tornar a sua comissão mais efetiva usando o que foi proposto;
114 também sugeriu fazer reuniões em outros lugares do Brasil. Frigo apontou que algo que pode ser
115 repensado é a frequência das reuniões das comissões, e talvez seja o caso de aumentar o período
116 entre as reuniões. Sugeriu duas reuniões descentralizadas, uma em cada semestre, considerando que
117 é preciso realizar a reunião ampliada com os conselhos estaduais. Fabiana sugeriu limitar ao
118 número de quatro reuniões por comissão, sendo necessário pensar no mandato dos integrantes
119 convidados das comissões. Marco Antônio sugeriu que a transição das comissões seja feita ao longo



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

120 de 2018 para o planejamento de 2019. Renata questionou se ao pensar em quatro reuniões para
121 comissões incluiria as incidências, audiências e seminários. Frigo sugeriu que as incidências
122 políticas e os eventos públicos precisam se realizar nos dias da reunião. Leonardo sugeriu que seja
123 criado um documento especificando o que o CNDH e cada comissão pode fazer, a fim de facilitar a
124 atuação das comissões. Renata apontou que uma das ideias pensadas na reunião da Mesa Diretora é
125 fazer uma reunião ampliada, como uma assembleia, com todas as comissões para que os membros
126 tenham conhecimento do que está sendo debatido no Conselho, e também tenham ciência do que
127 cada comissão realiza. Leonardo também sugeriu que o CNDH faça uma atividade no Fórum Social
128 Mundial, portanto é importante incluir a ideia no planejamento. Iara apontou que, devido a
129 convergência dos temas, uma audiência para tratar da violência contra comunicadores poderia ser
130 pensada em conjunto com a audiência sobre letalidade policial da Comissão de Segurança Pública.
131 Ficaram encaminhados por Frigo a realização, nos meses de janeiro e fevereiro, das reuniões das
132 comissões e a reunião ordinária no dia 1º de fevereiro; em março reunião descentralizada em
133 Salvador com a participação do CNDH; em abril reunião ordinária; em maio reunião ampliada com
134 as comissões e conselhos estaduais, além da reunião ordinária do Conselho, e as reuniões seguintes,
135 que ocorrerão normalmente. O presidente do CNDH encerrou o primeiro dia da 33ª Reunião
136 Ordinária. O presidente do CNDH iniciou o segundo dia de reunião com revisão da pauta prevista
137 para o dia. Passou-se ao ponto que trata da aprovação da manifestação do CNDH sobre ataques e
138 declarações racistas por autoridades públicas. Em seguida passou-se a palavra a Paulo Maldos, o
139 qual apresentou o Relatório do CNDH sobre violações de direitos das comunidades quilombolas do
140 Brasil. A convidada Gilvânia da Silva, mestranda da Universidade de Brasília, fez sua fala a
141 respeito dos casos abordados. Frigo encaminhou o envio do Relatório e dos ofícios que serão
142 enviados as autoridades a todas as comunidades visitadas. Gilvânia sugeriu pensar um
143 encaminhamento para os governos estaduais que tem comunidades quilombolas em terras estaduais
144 e cuja legislação estadual não é cumprida. Com relação à merenda, lembrar aos gestores que os
145 municípios recebem em dobro pela refeição dos alunos indígenas, quilombolas e assentados,
146 entretanto não há merenda nas escolas. Gilberto propôs que o Conselho faça uma manifestação que
147 mostre também a realidade de outros quilombos com relação a tráfico de drogas e conflitos agrários.
148 Devido aos poucos elementos que foram colhidos, Frigo sugeriu não tratar esse tema
149 especificamente no Relatório. Fabiana recomendou que fossem explicitados para quais órgãos e
150 autoridades encaminhar o Relatório. Encaminhar ofício para o consórcio (grupo de sete
151 organizações) que apresentou o projeto da Lei Maria da Penha. Alterar a redação para que o estado
152 apoie a sociedade civil no desenvolvimento das ações. Frigo propôs fazer uma recomendação geral
153 – titulação de o governo federal apresentar um plano de regularização dos territórios quilombolas. O
154 Relatório foi submetido à votação e aprovado por unanimidade pelas seguintes conselheiras e
155 conselheiros: Fabiana, Marco Antônio, Carlos Magno, Sandra, Ismael, Herbert, Leonardo, Patriota,
156 Iara, Paulo, Gilberto, Deborah e Frigo. A reunião foi retomada na parte da tarde a partir do ponto de
157 pauta que trata do debate sobre o genocídio contra a juventude negra. O presidente do CNDH
158 agradeceu a presença dos convidados Deise Benedito (perita do MNPCT) e Antônio Teixeira
159 (IPEA), e passou a palavra à perita, a qual rememorou a história da população negra. Sugeriu a
160 realização de um Fórum Temático em 2018, em consonância com os 30 anos da Constituição



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

161 Federal de 1988, dos 80 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 130 anos da
162 Abolição da Escravidão no Brasil, levando os temas ao debate, principalmente em estados onde
163 ocorre maior incidência de mortes de jovens negros – SP, RJ, BA, PE e MG, e convidar o setor
164 público, reivindicar ações e políticas públicas. A palavra foi passada a Antônio, o qual contou a
165 história de Ítalo – criança de 10 anos que foi assassinada a tiros durante perseguição da PM após
166 furto de carro, em São Paulo, em junho de 2016 – para ilustrar sua fala. Antônio encerrou sua fala e
167 o debate foi aberto. Após encerrar o debate, a palavra foi passada à Fabiana, a qual apresentou a
168 Resolução do CNDH sobre o direito humano à alimentação adequada das mulheres gestantes,
169 lactantes e com filhos pequenos, em privação de liberdade no sistema prisional, para tratar do ponto
170 que havia ficado em aberto durante reunião da Comissão de Direito Humano à Alimentação
171 Adequada sobre o caso de mulheres migrantes, e submeter à aprovação no plenário. A Resolução
172 foi submetida à votação e aprovada no pleno. A palavra foi dada a Iara, que solicitou a aprovação da
173 nota sobre “Liberdade artística, classificação indicativa e proteção de crianças e adolescentes”, e
174 submeter posteriormente ao pleno do CONANDA. A nota foi lida, revisada e aprovada no pleno.
175 Foi questionada a mesa diretora se seria possível considerar eventuais alterações na nota feitas no
176 plenário do CONANDA. A proposta de encaminhamento foi acolhida pela mesa e a nota foi
177 encaminhada ao CONANDA. Foi solicitada por Leonardo a aprovação de nota contra alteração da
178 Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras drogas. A nota foi lida e aprovada no pleno. Foi
179 lida, revisada e aprovada nota do CNDH que trata do racismo institucional. Outra nota aprovada foi
180 a que trata da condução coercitiva de gestores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
181 O segundo dia da 33ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos foi encerrada
182 pelo presidente.